

CONCURSO PÚBLICO 2012

EDUCADOR SOCIAL

22/04/2012

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
INFORMÁTICA	11 a 20
CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO	21 a 50

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 50 questões.
2. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha, no cartão-resposta, a letra correspondente à resposta assinalada na prova.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro, durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. As provas terão a duração de quatro horas, já incluídas nesse tempo a marcação do cartão-resposta e a coleta da impressão digital.
5. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **duas horas** de prova e poderá levar o caderno de prova somente no decurso dos últimos **trinta minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova, desde que permaneça em sala até esse momento.
6. **AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.**

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01 a 06**.

Especialista explica como funciona a censura na web

A batalha em torno da liberdade de expressão na internet está cada vez mais evidente. Em países como Síria e Vietnã, governos combatem ativistas pelo controle do que é dito na web. Mesmo em locais como os Estados Unidos, onde os discursos políticos não são censurados, novas leis como o SOPA (Stop Online Piracy Act – Contra ações de pirataria *on line*) são propostas para controlar o que seus cidadãos postam em redes sociais e blogs. Para entender exatamente o que se passa nessa disputa, a GALILEU entrevistou Ethan Zuckerman, especialista em liberdade de expressão na internet, fundador de grupos como o Geekcorps e Global Voices e diretor do Centro de Mídia Cívica do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts).

O que exatamente aparece na tela de um computador quando uma pessoa tenta acessar um conteúdo censurado?

Depende. Normalmente, você vê uma página de bloqueio. Por exemplo, na Arábia Saudita, eles são muito honestos quanto a isso: Eles dizem: "este conteúdo está bloqueado, se você acha que cometemos um erro, pode apelar". São transparentes quanto à censura. Mas alguns países simplesmente mentem quanto a isso, e mostram páginas de erro. A Tunísia, por um longo tempo, mostrava a página de erro do Internet Explorer, mesmo se você estivesse usando o Chrome ou Mozilla. A página estava em francês, mas escrita com erros. Eles tentavam disfarçar a censura e fazer o usuário pensar que o navegador estava com problemas.

Como funciona a censura nesses países?

Em um país como a China, a internet é censurada de três modos. Primeiro, o governo bloqueia o acesso a certos sites. É muito difícil acessar o Twitter, por exemplo. Em segundo, há censura extensiva nas ferramentas que a maioria dos usuários tem acesso. Então, ao invés de usar Twitter, os chineses usam o Weibo, onde há certos termos que não poderão usar. Se usar, sua conta será fechada. O terceiro modo é encorajando a visão nacionalista para dominar as conversas na internet, tornando mais difícil colocar outras opiniões.

Quando falamos em se livrar da censura, falamos de uma tarefa especializada. Se você quiser acessar Twitter na China, você vai precisar de um proxy [servidor que permite conectar-se a computadores no exterior, livres da censura] ou de um software como o Tor. Alguns chineses que querem ter contato com a audiência internacional escolhem fazer isso. O problema é que se você for um usuário chinês e usar o Twitter, você vai falar com americanos, brasileiros e europeus, mas não estará falando com chineses, porque eles usam Weibo. Então você pode pensar como se o país tivesse duas internets, uma doméstica, controlada principalmente pela censura e, outra internet internacional, para quem domina a tecnologia.

Então o governo, além de proibir o acesso a certos sites, pode partir para uma censura mais... física, prendendo seus cidadãos?

Nós já discutimos três formas de censura. Existem mais duas formas importantes. Uma é intimidando as pessoas, fazendo com que elas sintam medo de criar conteúdos e de escrever online. Outra forma é fazendo ataques contra sites que incomodam.

Como você vê o SOPA nessa discussão sobre censura?

É importante perceber que quase todos os países tentaram controlar os discursos na internet de algum modo. Nos EUA não há controle na fala política, porque isso é proibido pela constituição. Mas há um modo de controlar o discurso comercial, que viola os direitos autorais. Se eu usar o Twitter e colocar o endereço de um vídeo com direitos autorais, eles podem retirar meu

link do ar. Há mecanismos na lei americana para isso. No entanto, os mecanismos que os EUA querem colocar em prática com o SOPA podem ser usados por outros países para tentar controlar discursos políticos. A China pode querer tirar um conteúdo do ar porque ele viola o copyright do partido comunista, por exemplo.

Então os dois lados têm interesses financeiros?

Claro. Os detentores dos direitos autorais querem tirar a pirataria do ar. Eles podem estar certos ou errados (alguém pode dizer que a pirataria abre mercados, pode dizer que ela abre novos modos de negócios), mas acham que a pirataria é uma ameaça ao seu negócio. O Google, por outro lado, pensa que se puder ser processado só porque sua busca tem um link para um conteúdo pirata, será um perigo ao seu negócio. Dos dois lados há empresas ameaçadas. O interessante é notar que nos Estados Unidos os usuários começaram a lutar em favor dessas companhias da web. Eles simplesmente disseram: "Nós gostamos do Tumblr, Twitter e Google. E vamos pressionar nossos legisladores contra o SOPA." Pouquíssima gente ficou a favor dos estúdios e gravadoras.

Mas agora que o SOPA caiu, essa discussão acabou?

O interessante é que logo que a lei foi retirada de votação, o Departamento de Justiça americano atacou o Megaupload, um negócio que parecia estar fazendo muito dinheiro com pirataria. Você pode ver esse ataque como um modo de dizer que os EUA não precisam de novas leis, eles já são capazes de ir atrás dos donos dessas companhias usando as atuais. É importante entender que o debate sobre o SOPA não é o mesmo da censura em países como a China. Eles costumam ser citados juntos porque usam algumas técnicas parecidas, mas é importante reconhecer que há diferenças entre os dois e que cada discussão terá de ser ganha usando argumentos diferentes.

Disponível em: < <http://revistagalileu.globo.com> >. Acesso em: 23 mar. 2012. [Adaptado].

— QUESTÃO 01 —

A organização discursiva da entrevista envolve

- (A) uma justificativa oficial dos motivos que deram origem à censura da internet.
- (B) um furo jornalístico exclusivo e relativo aos países em desenvolvimento.
- (C) uma estratégia para acabar com a pirataria no comércio eletrônico.
- (D) um par de interlocutores em torno de um assunto polêmico e de interesse público.

— QUESTÃO 02 —

No texto, o uso do discurso direto e do discurso indireto é produtivo para

- (A) marcar um posicionamento crítico do entrevistado a respeito da barreira à liberdade em países de regime ditatorial.
- (B) assegurar a atenção do leitor mediante argumentos contra a falta de legislação e da invasão de privacidade na rede.
- (C) alternar informações adquiridas ao longo da formação profissional do locutor e fatos recentes acerca da censura ao uso da internet.
- (D) construir argumentos desfavoráveis ao excesso de informações veiculadas na internet por organismos de defesa da liberdade de expressão.

— QUESTÃO 03 —

Em sua explanação, Ethan Zuckerman descreve os tipos de censura virtual aplicados pelos governos,

- (A) enumerando as medidas de um governo ao vetar o acesso de usuários à internet.
- (B) defendendo os interesses das nações com base no voto a sites estrangeiros.
- (C) reconhecendo a censura como benéfica aos internautas porque evita o aumento de crimes virtuais.
- (D) exemplificando as áreas em que os governos carecem de domínio sobre os conteúdos divulgados.

— QUESTÃO 04 —

Na frase “eles são muito honestos quanto a *isso*”, o pronome indefinido estabelece uma referência

- (A) genérica, relacionando o uso do pronome a um elemento nominal indefinido.
- (B) anafórica, recuperando o seu sentido no conteúdo da oração anterior.
- (C) catafórica, apontando para a expressão *um erro*, posta ao pronome.
- (D) espacial, localizando o referente nominal em um espaço físico.

— QUESTÃO 05 —

Em contextos como “Normalmente, você vê uma página de bloqueio”, o uso de *você* revela uma

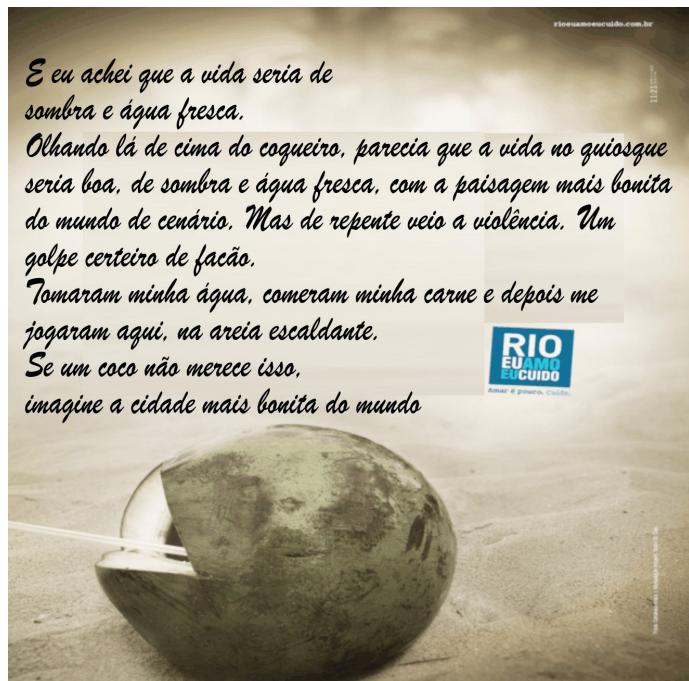
- (A) tentativa de aproximação entre o entrevistado e o seu entrevistador.
- (B) forma típica de descomprometimento do entrevistado com o conteúdo afirmado.
- (C) interferência da linguagem característica da internet em contextos culto.
- (D) variação indicativa de indeterminação do sujeito no português.

— QUESTÃO 06 —

Ethan Zuckerman cria um exemplo hipotético do uso de censura na internet chinesa, conforme demonstra o trecho “se você for um usuário chinês e usar o Twitter, você vai falar com americanos, brasileiros e europeus”. Caso precisasse afirmar categoricamente a existência desse fato, uma paráfrase adequada seria:

- (A) um usuário chinês usa o Twitter e fala com americanos, brasileiros e europeus.
- (B) um usuário chinês que utilizasse o Twitter, falaria com americanos, brasileiros e europeus.
- (C) um usuário chinês ao usar o Twitter, poderia falar com americanos, brasileiros e europeus.
- (D) um usuário chinês usando o Twitter, talvez fale com americanos, brasileiros e europeus.

Leia a propaganda para responder às questões de 07 a 10.



Disponível em:<<https://www.janela.com.br/ultimas/>>. Disponível em: 02 abr. 2012. [Adaptado].

— QUESTÃO 07 —

Para atingir o público-alvo da propaganda, o texto narrativo traz uma quebra de expectativa quanto ao sentido da expressão *sombra e água fresca*, porque deixa de remeter à paz e ao sossego para constituir

- (A) uma evidência direta da inevitável destruição da natureza.
- (B) um jogo de palavras com efeito meramente humorístico.
- (C) um desabafo contra as agressões ambientais sofridas pela cidade.
- (D) uma descrição de um comportamento exclusivo do homem contemporâneo.

— QUESTÃO 08 —

No *slogan* da campanha “Rio. Eu amo. Eu cuido”, a anteposição do nome *Rio* aos verbos *amar* e *cuidar*, é uma estratégia enunciativa que

- (A) revela um desvio gramatical ao separar verbo e objeto.
- (B) enfatiza a importância da cidade para seus habitantes e turistas.
- (C) propõe uma forma inédita de ordenação oracional e discursiva no português.
- (D) destaca a população e os governantes por sua iniciativa ecológica.

— QUESTÃO 09 —

Na frase “Se um coco não merece isso, imagine a cidade mais bonita do mundo”, a expressão sublinhada tem uma conotação

- (A) irônica, atribuindo voz enunciativa a um coco.
- (B) eufemística, diminuindo a culpa dos poluidores.
- (C) paradoxal, mostrando as mazelas ambientais da cidade.
- (D) hiperbólica, supervalorizando as qualidades do Rio de Janeiro.

— QUESTÃO 10 —

O objetivo principal da propaganda é

- (A) tornar a cidade limpa para receber grandes eventos esportivos.
- (B) alertar a população a respeito da violência urbana.
- (C) sugerir um comportamento ambiental adequado.
- (D) minimizar preconceitos por parte de potenciais visitantes das grandes cidades.

— RASCUNHO —

INFORMÁTICA**— QUESTÃO 11 —**

Os *gadgets* são pequenos programas que oferecem visualização instantânea de informações e acesso fácil a ferramentas usadas com frequência. Uma forma para localizar *gadgets* que vêm com o Windows é

- (A) clicar com o botão direito do mouse na área de trabalho e clicar em *miniprogramas*.
- (B) clicar com o botão direito do mouse na área de trabalho e clicar em *gadgets*.
- (C) clicar duas vezes na área de trabalho e selecionar *programas frequentes*.
- (D) clicar duas vezes na área de trabalho e selecionar *ferramentas frequentes*.

— QUESTÃO 12 —

Quando se “arrasta” um texto selecionado de um documento aberto no *BrOffice* e o solta em outra posição, diferente daquela em que se encontrava, o texto arrastado

- (A) é enviado para a impressora padrão e será totalmente impresso.
- (B) é invertido e mantém-se na posição original.
- (C) é copiado da posição de destino para a posição original.
- (D) é inserido na posição de destino e removido de onde se encontrava.

— QUESTÃO 13 —

Quando se cria uma nova planilha no *BrOffice*, abre-se uma tela contendo uma planilha vazia, ou seja, não preenchida. Nesta planilha,

- (A) a célula do canto superior esquerdo é a célula A1.
- (B) a célula exibida no canto inferior direito da tela é a célula A1.
- (C) a célula exibida no canto inferior esquerdo da tela é a célula Z80.
- (D) as colunas são identificadas pelas letras A, B, até a letra Z e, após a coluna Z, iniciam-se colunas identificadas por números, 1, 2, 3 e assim por diante.

— QUESTÃO 14 —

A automação de tarefas acelera atividades em um editor de texto. No editor de texto Word, por exemplo, é possível constituir uma série de comandos e instruções agrupadas em um único comando por meio do uso de

- (A) renderizações de imagens.
- (B) conexões de banco de dados.
- (C) macros.
- (D) funções de grupo.

— QUESTÃO 15 —

Considere uma planilha eletrônica gerada do Excel, cujas células possuem os seguintes valores: A1=1, A2=2, A3=3, A4=4, A5=5 e A6=6. Quando se aplica a fórmula =SOMA(A1:A6)-MÍNIMO(A1:A6)-MÍNIMO(1;A6) para a Célula B1, obtém-se para esta célula o valor

- (A) 25
- (B) 24
- (C) 20
- (D) 19

— QUESTÃO 16 —

Navegadores são programas que habilitam seus usuários a interagirem com documentos disponíveis na Internet. Uma janela extra que é aberta no navegador, ao visitar uma página web ou acessar um *hiperlink* específico, é denominada

- (A) janela *pop-up*.
- (B) janela de segurança.
- (C) janela de personalização.
- (D) janela *weak-up*.

— QUESTÃO 17 —

SD (*Secure Digital*) é um padrão de cartões de memória não volátil, para uso em dispositivos móveis. São exemplos de formatos que seguem este padrão:

- (A) POP e SDIO.
- (B) SDHC e SDXC.
- (C) SDHC e DHCP.
- (D) DHCP e SDIO.

— QUESTÃO 18 —

Janelas *pop-up* podem ser bloqueadas em navegadores. Bloquear janelas *pop-up* em navegadores é um instrumento útil para

- (A) assegurar que o navegador exiba uma única página por vez, em uma única aba.
- (B) impedir que a página exibida seja impressa de forma equivocada.
- (C) reduzir o tráfego de dados na Internet.
- (D) propiciar segurança quando se navega na Internet.

— QUESTÃO 19 —

O sistema operacional Windows possui recursos para facilitar a localização de informações. A localização de um arquivo em um disco local pode ocorrer no Windows por meio

- (A) do uso de um navegador e do serviço conhecido por *Directory* oferecido gratuitamente pela empresa Google.
- (B) do editor de textos Word ao fazer uso combinado das teclas CTRL-L (localização) e A (arquivo), em qualquer documento aberto neste editor.
- (C) do menu Iniciar, ao digitar, por exemplo, o nome do arquivo na caixa de texto disponível neste menu.
- (D) do uso do programa EncontreCerto (para instalações em português) ou Search (para instalações na língua inglesa), disponível no diretório c:\Windows\Apps\Search.

— QUESTÃO 20 —

Em uma máquina já se encontra instalado e em execução o sistema operacional Windows. Ao ser conectada uma nova impressora, o Windows

- (A) tenta automaticamente localizar o *driver* correspondente.
- (B) ignora o novo dispositivo.
- (C) solicita que o dispositivo seja desconectado da máquina e que ela seja reiniciada.
- (D) requisita a licença que comprova a aquisição do novo dispositivo.

— RASCUNHO —

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO**— QUESTÃO 21 —**

De acordo com o artigo 194 da Constituição Federal de 1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Assim, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base em objetivos. Um desses objetivos é

- (A) individualidade da cobertura e do atendimento.
- (B) diversidade e equidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite.
- (D) caráter paritário na forma de participação no custeio.

— QUESTÃO 22 —

De acordo com o artigo 199 da Constituição Federal de 1988, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, e sua participação pode ocorrer

- (A) em caráter prioritário no controle e na fiscalização dos procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde.
- (B) em caráter complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- (C) em caráter parcial direto ou indireto na assistência à saúde, por meio de licitação, salvo nos casos previstos na Lei n. 8.080 de 1990.
- (D) em caráter prioritário nos procedimentos de remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento.

— QUESTÃO 23 —

O artigo 195 da Constituição Federal de 1988 prevê que as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, e são organizadas com base na seguinte diretriz:

- (A) descentralização político-administrativa, cabendo à esfera federal a coordenação e as normas gerais, e às esferas estaduais e municipais a coordenação e a execução dos respectivos programas.
- (B) controle fiscal das entidades benfeitoras e de assistência social na execução das políticas e no controle das ações em todas as esferas.
- (C) obrigatoriedade dos Estados e do Distrito Federal em vincular programas de apoio cultural e promoção social em até trinta décimos por cento de sua receita tributária líquida.
- (D) aplicação em caráter facultativo dos recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, e com qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

— QUESTÃO 24 —

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo II, toda pessoa tem capacidade para gozar direitos e liberdades,

- (A) sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
- (B) em plena igualdade, a audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ela.
- (C) sem opressão, sem escravidão ou servidão, sendo proibidas todas as formas de escravidão e tráfico de escravos.
- (D) sem interferência, ter opiniões e procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

— QUESTÃO 25 —

De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), é dever de todos zelar

- (A) pela redução de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- (B) pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- (C) pelos elevados níveis de repetência, denunciando ao Conselho Tutelar ou aos órgãos competentes a omisão da família ou dos responsáveis.
- (D) pela reintegração familiar ou colocação da criança ou adolescente em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas.

— QUESTÃO 26 —

Conforme o artigo 81 do ECA, à criança ou ao adolescente é proibida a venda de

- (A) armas, munições e bilhetes lotéricos.
- (B) bilhetes lotéricos, bebidas alcoólicas e contraceptivos.
- (C) preservativos, revistas pornográficas e armas.
- (D) fogos de estampido e de artifício e contraceptivos.

— QUESTÃO 27 —

Compete aos Municípios, além de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual, as seguintes ações:

- (A) submeter à apreciação do Conselho Tutelar os programas socioeducativos executados pela administração municipal.
- (B) formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.
- (C) promover campanhas junto à rede municipal de educação em sintonia com os princípios dos direitos humanos, prioritariamente contra a homofobia, o *bullying* e a intolerância religiosa.
- (D) criar, manter e desenvolver programas de atendimento para execução das medidas de semiliberdade e internação, inclusive de internação provisória.

— QUESTÃO 28 —

Respalhado pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o educador social deve atuar na superação da institucionalização de crianças e adolescentes, priorizando

- (A) a proteção ao adolescente trabalhador, mediante fiscalização do local de trabalho.
- (B) a manutenção dos vínculos familiares e comunitários.
- (C) a adoção de crianças e adolescentes, conforme os pressupostos do ECA.
- (D) a manutenção das crianças e adolescentes na escola em tempo integral.

— QUESTÃO 29 —

O enfrentamento e combate ao uso de drogas exigem políticas públicas voltadas para os determinantes sociais, econômicos e psicológicos que levam a esse uso. Nessa perspectiva, uma orientação importante que deve nortear o trabalho do profissional é

- (A) atribuir tratamento igualitário e sem discriminação às pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.
- (B) reconhecer o uso de drogas como caso de saúde pública e de polícia, em razão da violência que permeia o mundo das drogas.
- (C) cumprir a legislação brasileira do não reconhecimento da diferença do usuário, do dependente e da pessoa em uso indevido.
- (D) priorizar a internação dos usuários de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade.

— QUESTÃO 30 —

No contexto brasileiro, o trabalho infantil constitui um fenômeno social que faz crianças e adolescentes sucumbirem ao trabalho precoce, em condições aviltantes, humilhantes, muitas vezes em regime de trabalho escravo. É plausível afirmar que o trabalho infantil expressa uma violação de regras constitucionais e do Estatuto da Criança e Adolescente. No enfrentamento dessa questão, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) propôs o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, com o intuito de

- (A) regulamentar o trabalho noturno para o adolescente e garantir ao adolescente com deficiência o trabalho protegido.
- (B) assegurar prevenção e eliminação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador.
- (C) autorizar o trabalho de crianças ou adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos, residentes na zona rural, considerando as condições de vida da localidade.
- (D) definir e implementar programas para orientação do trabalho infantil em áreas de perigo, dano ou insalubres.

— QUESTÃO 31 —

A Política Nacional de atendimento à população em situação de rua prevê atuação na perspectiva

- (A) do assistencialismo e da coerção.
- (B) da internação involuntária.
- (C) do respeito à dignidade do ser humano.
- (D) da preservação dos laços afetivos e religiosos.

— QUESTÃO 32 —

A Lei Maria da Penha, instituída em 2006, traz prescrições em defesa dos direitos humanos ao

- (A) implantar estratégias visando ao atendimento às mulheres com seus direitos violados.
- (B) criar mecanismos para prevenir, punir e erradicar a prostituição infantil.
- (C) instituir programas para o atendimento às adolescentes vítimas de abuso sexual.
- (D) criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

— QUESTÃO 33 —

De acordo com o Conselho do Idoso, os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra pessoas idosas devem ser obrigatoriamente comunicados aos órgãos competentes, dentre os quais, inclui-se:

- (A) o Conselho Municipal de Saúde.
- (B) o Conselho Municipal de Assistência Social.
- (C) o Ministério Público.
- (D) o Centro de Referência da Assistência Social.

— QUESTÃO 34 —

A Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência busca assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência. Nesse entendimento, um dos objetivos dessa política é

- (A) adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem como com organismos internacionais para a sua implantação.
- (B) ampliar as alternativas de inserção econômica, proporcionando qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho.
- (C) desenvolver ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil, de modo a garantir a plena inserção da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e cultural.
- (D) assegurar o acesso a todos os serviços oferecidos à comunidade, bem como o ingresso e a permanência neles.

— QUESTÃO 35 —

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes expressa um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar

- (A) o atendimento prioritário na Rede SUS da criança e do adolescente em situação de violência sexual.
- (B) a proteção educativa à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual.
- (C) o atendimento social à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual.
- (D) a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual.

— QUESTÃO 36 —

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, a assistência social, prestada a quem dela necessitar, significa

- (A) proteção especial à mulher, à infância, à adolescência e ao usuário de drogas, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas desses segmentos.
- (B) direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
- (C) controle e fiscalização de procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a assistência social, de forma a garantir equidade, justiça social, promoção, prevenção e garantia dos benefícios políticos e sociais.
- (D) enfrentamento da pobreza por meio da provisão das necessidades básicas, com prioridade da mãe sozinha, da pessoa com deficiência e idosa que comprovem não possuir meios de garantir a sobrevivência ou de tê-la provida pela família ou sociedade.

— QUESTÃO 37 —

De acordo com o artigo 2º da Lei n. 12.435, de 2011, a política de assistência social tem por objetivo

- (A) o enfrentamento da pobreza, a redução de danos e prevenção da incidência de riscos.
- (B) a prestação de atendimento, o amparo às crianças e a promoção e integração ao trabalho.
- (C) a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.
- (D) a proteção à família, a garantia da reabilitação e a integração à vida comunitária.

— QUESTÃO 38 —

A assistência social rege-se pelos princípios da universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial ao alcance das demais políticas públicas e, ainda,

- (A) do atendimento às necessidades educacionais e culturais de acordo com as exigências de rentabilidade econômica.
- (B) da igualdade de direitos no acesso ao atendimento às necessidades, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se a diferenciação às populações urbanas e rurais.
- (C) do respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária.
- (D) da garantia da comprovação da necessidade básica junto à vizinhança, a familiares, amigos e outros, uma das formas de acesso aos benefícios.

— QUESTÃO 39 —

Conforme a Lei n. 12.435, de 2011, em seu artigo 5º, a organização da assistência social tem como base a seguinte diretriz:

- (A) definição dos níveis de gestão, com base nas diversidades regionais e municipais relacionadas ao controle social.
- (B) estabelecimento das responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social.
- (C) consolidação da gestão compartilhada, cofinanciamento e cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva.
- (D) descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e comando único das ações em cada esfera de governo.

— QUESTÃO 40 —

A gestão das ações de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A coordenação da Política Nacional de Assistência Social é competência

- (A) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico.
- (B) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- (C) do Conselho Nacional de Assistência Social.
- (D) do Ministério do Planejamento e Orçamento.

— QUESTÃO 41 —

As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização o território, que é responsável pela

- (A) proteção social básica e social especial.
- (B) proteção integral e parcial.
- (C) proteção assistencial e emergencial.
- (D) proteção social básica e social secundária.

— QUESTÃO 42 —

As proteções sociais são ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e, ainda, pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o artigo 3º, Lei n. 12.435/2011. Diante do exposto, o CRAS é a unidade

- (A) pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência.
- (B) pública municipal de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência.
- (C) pública ou filantrópica sem fins lucrativos, situada na esfera estadual, destinada à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social às famílias.
- (D) pública ou filantrópica sem fins lucrativos, vinculada à esfera municipal, destinada ao atendimento de famílias vindas de outros municípios ou de contingência que demandam intervenções especializadas e de proteção.

— QUESTÃO 43 —

Em relação às atribuições do servidor público, asseguradas pelo artigo 6º do Título I do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia,

- (A) é autorizada, após o período probatório, a prática de desvio de função para aquele servidor que comprovar a conclusão de curso superior.
- (B) é autorizado ao servidor, em caso de calamidade, desempenhar outras atribuições além das específicas do cargo em que é titular.
- (C) é autorizado ao servidor público exercer outras atribuições além das do cargo em que é titular, especificamente para exercício de cargo de comissão, função de confiança ou grupo de trabalho.
- (D) é autorizado o desvio de função em casos restritos a atribuições de profissionais da saúde e da educação.

— QUESTÃO 44 —

Conforme estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia,

- (A) é facultada a destinação de vagas para o portador de deficiência física, em caso de concurso público.
- (B) é assegurado ao portador de deficiência física o desvio de função além das específicas do cargo em que é titular.
- (C) é assegurado ao portador de deficiência física inscrever-se em todo e qualquer concurso público no âmbito municipal.
- (D) é assegurado ao portador de deficiência física inscrever-se em concurso público com atribuições compatíveis com a deficiência de que seja portador.

— QUESTÃO 45 —

Em conformidade com as prerrogativas constitucionais, a investidura em cargo público de provimento efetivo exige

- (A) aprovação em concurso público.
- (B) atestado de idoneidade moral.
- (C) quitação com a receita federal.
- (D) certidão de antecedentes criminais.

— QUESTÃO 46 —

Para assegurar a prevalência dos princípios republicanos no trato das questões públicas, o Estatuto do Servidor Público municipal torna obrigatório no ato de posse do servidor designado para responder por cargo de direção ou assessoramento superior a apresentação de

- (A) atestado de competência e de idoneidade para ocupar o cargo.
- (B) declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio.
- (C) diploma de graduação e de declaração de bens.
- (D) atestado de sanidade mental e aptidão física.

— QUESTÃO 47 —

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia assegura ao servidor estudante:

- (A) horário especial com redução da carga horária semanal de trabalho, sem prejuízo do salário.
- (B) direito ao horário especial, quando aluno de instituição pública de ensino.
- (C) horário especial de trabalho, quando atendida a conveniência do serviço.
- (D) compensação da carga horária não trabalhada em finais de semana e feriados.

— QUESTÃO 48 —

Todo servidor público, ao iniciar suas atividades, deve cumprir o estágio probatório, para assegurar a estabilidade no serviço público. Os critérios a serem avaliados no exercício das atribuições do cargo são: assiduidade, pontualidade, responsabilidade e iniciativa. O período do estágio probatório no âmbito do poder municipal de Goiânia compreende

- (A) 6 meses.
- (B) 18 meses.
- (C) 24 meses.
- (D) 36 meses.

— QUESTÃO 49 —

Em seu Art. 141, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia fixa os deveres dos servidores municipais, dentre os quais se inclui o seguinte:

- (A) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver conhecimento em razão do cargo.
- (B) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- (C) engajar-se nas campanhas políticas sempre que solicitado pela chefia imediata.
- (D) revelar segredo de que teve conhecimento em função do cargo.

— QUESTÃO 50 —

Conforme o artigo 19, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, a posse do servidor ocorrerá mediante

- (A) prévia inspeção pela junta médica do município.
- (B) decreto de nomeação assinado pelo prefeito.
- (C) definição do local de trabalho.
- (D) apresentação da documentação exigida.

— RASCUNHO —